



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises**  
**Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023**

Eixo: Educação e Política Social

**Trajетórias de vida e educação: breve ensaio a partir do pensamento gramsciano**

**Thaís Ribeiro Esteves<sup>1</sup>**

**Resumo:** As reflexões teórico-críticas advindas da experiência como assistente social na política de educação profissional e tecnológica, especialmente no que diz respeito às condições para o acesso e a permanência escolar de jovens da classe trabalhadora, têm nos instigado a buscar analisar as trajetórias de vida dos estudantes em suas determinações de classe, raça e gênero, na particularidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, refletimos sobre a contribuição do pensamento gramsciano no estudo sobre trajetórias de vida e educação, sobretudo a partir da categoria classes subalternas. Desse modo, reconhecemos a importância das narrativas dos indivíduos, como sujeitos singulares e humano-genéricos, para a compreensão da realidade social e enquanto uma construção coletiva por novos conhecimentos.

**Palavras-chave:** Trajetórias de vida. Educação. Classes subalternas.

**Life trajectories and education: a brief essay based on Gramscian thought**

**Abstract:** The theoretical-critical reflections arising from the experience as a social worker in the professional and technological education policy, especially with regard to the conditions for access and permanence in school for young people from the working class, have instigated us to seek to analyze the life trajectories of students in their determinations of class, race and gender, in the particularity of Brazilian society. In this sense, we understand the contribution of Gramscian thought in the study of life and education trajectories, especially from the subaltern classes category. In this way, we recognize the importance of the narratives of individuals, as unique and human-generic subjects, for the understanding of social reality and as a collective construction of new knowledge.

**Keywords:** Life trajectories. Education. Subaltern classes.

## 1. INTRODUÇÃO

As reflexões teórico-críticas presentes neste trabalho são oriundas do processo de aproximação com o pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci (1891-1937), em interlocução com a temática que versa sobre as trajetórias de vida dos estudantes da educação profissional e tecnológica em suas determinações de classe, raça e gênero, na particularidade da sociedade brasileira, buscando (re)conhecer e compreender de que modo essas trajetórias incidem nas trajetórias escolares,

---

<sup>1</sup> Estudante de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social, trabalhadora da educação, com atuação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) Campus Jacareí. Docente no curso de Serviço Social da Universidade do Vale do Paraíba (Univap). Mestre em Serviço Social pela PUC-SP e em Avaliação e Gestão de Políticas Sociais pela Universidade de Grenoble Alpes, França. E-mail: thaïs.resteves@gmail.com.

especificamente nas condições para o acesso e a permanência escolar.

A motivação em relação à escolha do tema se fundamenta no exercício profissional enquanto assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – *Campus Jacareí*, onde novas (e antigas) questões que envolvem o direito à educação no Brasil – como o acesso e a permanência – são evidenciados no cotidiano de vida dos sujeitos estudantes e, conseqüentemente, no cotidiano profissional. Nesse sentido, nos perguntamos: *Quais são as trajetórias de vida dos/as estudantes do IFSP-Jacareí, suas lutas e resistências, no que diz respeito ao acesso e à permanência escolar?*

Dialogando com Miguel Arroyo (2011), compreendemos que há uma inter-relação estreita entre trajetórias de vida e trajetórias escolares, sendo necessário (re)conhecer aquelas para entendermos estas. Ou seja, é fundamental conhecer as trajetórias humanas, sociais, coletivas, de classe, gênero, raça e idade dos estudantes dos setores populares, com vistas a compreender suas trajetórias escolares. Koga e Ramos (2011) também sinalizam que para evidenciar os aspectos coletivo e público a se fortalecer nas mediações das ações cotidianas desenvolvidas no âmbito da política pública, uma possibilidade é (re)conhecer as trajetórias de vida dos sujeitos, denominados “usuários” das políticas públicas, sendo que relevantes estudos têm sido feitos tomando como referência a história de vida e a análise de trajetórias (Ibidem, 2011).

Compreendemos que estudar um objeto é compreendê-lo na totalidade de relações que o determinam: econômicas, sociais, culturais, dentre outras; é, portanto, reconstruí-lo historicamente, entendendo a história como processo, como produção social da existência humana. Desse modo, as partes que compõem a realidade social devem ser analisadas como totalidades em processo, que não podem ser explicadas por si mesmas, mas em relação, através de seus nexos com outras partes.

Nesse sentido, Arregui (2021) nos alerta que

Na pesquisa não é possível dissociar o método da teoria. Na elaboração teórica se explicita o método, e na discussão do método se aprofunda a reflexão teórica. É no processo de aproximações sucessivas que identificamos, construímos e reconstruímos os caminhos e os procedimentos metodológicos necessários para apreender o nosso objeto de estudo. (p.48).

No processo de pesquisa faz-se necessária a interlocução com o pensamento de diversos/as autores/as, cujas produções nos auxiliam no movimento de apreensão das múltiplas determinações do objeto de estudo. Neste breve ensaio e considerando a busca pela apreensão do objeto de estudo, optamos por refletir sobre o tema de pesquisa em diálogo com algumas categorias analíticas presentes nas obras de Antonio Gramsci, pois identificamos que hegemonia, cultura, Estado, sociedade civil, classes e grupos subalternos, compreendidas em suas inter-relações, nos auxiliam a entender a trajetória de vida dos estudantes e (re)pensar o cotidiano da política educacional.

Importa-nos ressaltar que o pensamento gramsciano encontra-se no campo da tradição marxista e reafirmamos a importância e a atualidade do marxismo para a compreensão da realidade social, que tem suas expressões e suas ocultações na vida cotidiana, no chão da política pública e do exercício profissional, nas trajetórias de vida dos sujeitos com os/as quais trabalhamos. Como bem nos lembra Iamamoto (2008):

Se a tradição marxista fosse viável apenas para analisar o que se denominam “grandes determinações da sociedade”, não sendo capaz de elucidar a vida social cotidiana na sua historicidade, ela, de fato, não teria sentido, enquanto uma perspectiva teórico-metodológica para a explicação do processo histórico da sociedade capitalista e suas transformações. (p. 238).

Dessa maneira, reconhecemos a importância das narrativas dos indivíduos, como sujeitos singulares e humano-genéricos, para a compreensão da realidade social e enquanto uma construção coletiva por novos conhecimentos. Neste breve ensaio nosso esforço será o de refletir teórico-criticamente sobre a política educacional, os desafios para o acesso e a permanência escolar, e o (re)conhecimento das trajetórias de vida em relação às trajetórias escolares, à luz do pensamento gramsciano.

## **2. TRAJETÓRIAS DE VIDA EM BUSCA DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA ESCOLAR: CONTRADIÇÕES PRESENTES**

Partimos do entendimento da educação enquanto um complexo constitutivo da vida social, tendo, portanto, uma importante função na dinâmica da reprodução social. Nesse sentido, só é possível compreendê-la através da sua relação com o trabalho – na tradição marxista, categoria fundante do ser social. Frigotto (2010) destaca que, no âmbito da educação, o trabalho, na perspectiva marxista de categoria ontológica e econômica central, constitui-se como um dos eixos mais debatidos, tanto

para a crítica da perspectiva economicista, instrumentalista e moralizante da educação e qualificação, quanto na sinalização de que tipo de concepção de educação e de qualificação humana se articula às lutas e interesses das classes populares. Dessa maneira, podemos afirmar a relação trabalho e educação como um par dialético central.

Nesse sentido, importa-nos compreender a educação no âmbito dos projetos societários em disputa. De forma breve, podemos dizer que na perspectiva das classes dominantes, a educação da classe trabalhadora deve dar-se a fim de habilitá-la técnica, social e ideologicamente como mão-de-obra para o trabalho. Já na perspectiva da classe trabalhadora, a educação é entendida como desenvolvimento de potencialidades e apropriação de “saber social” (FRIGOTTO, 2017). Desse modo, afirmamos, tendo como aporte as ideias de Gramsci, que, como toda política social, a política de educação é também um espaço contraditório que expressa as lutas de classes.

Martins (2014), com base no pensamento de Antonio Gramsci, explica que o capitalismo, com fins de manutenção do controle sobre a sociedade, não utiliza apenas de coerção, violência política ou econômica, mas precisa também de coerção ideológica, cujo instrumento é a cultura hegemônica burguesa, que é transformada em senso comum. Assim, faz uso da instituição escolar, que visa, em última instância, à transmissão dos conhecimentos acumulados historicamente pela sociedade e à formação de valores.

Ao mesmo tempo, a educação tem uma importância estratégica e contraditória para elevação cultural das massas, na medida em que lhes possibilita conhecer e dominar os mecanismos de reprodução global da formação econômico-social, que são passíveis de transformação. Portanto, a educação, como instrumento social, possibilita a reprodução da ideologia dominante ou o desenvolvimento de uma cultura contra hegemônica, que instrumentalizará os seres humanos para se opor às diferentes formas de opressão e alienação, próprias da sociedade capitalista.

Para além da questão da coerção ideológica, a educação na sociedade capitalista em sua expressão institucionalizada (através da escola ou de sistemas de ensino), também responde às necessidades do capital no sentido de formação de mão de obra para o seu desenvolvimento econômico e produtivo.

Ademais,

[...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social (ALMEIDA apud MARTINS, 2014, p.43).

Em 2019, no Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD Contínua) identificou que a taxa de analfabetismo estava em 6,6% (ou 11 milhões de pessoas), sendo que para pretos e pardos, a taxa era maior do que para brancos (8,9% e 3,6%). Ainda segundo essa pesquisa, 51,2% (ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram o ensino médio e 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado; desse total, 71,7% eram pretos ou pardos. Entre os jovens de 15 a 17 anos, a taxa de escolarização foi de 89,2%; no que diz respeito à evasão escolar, levando-se em consideração todo o quantitativo de jovens de 14 a 29 anos do país, equivalente a quase 50 milhões de pessoas, 20,2% não completaram o ensino médio (IBGE, 2019).

Ao nos reportarmos aos tempos do governo de extrema direita<sup>2</sup> e de pandemia, as questões que envolvem a educação pública no geral, o acesso e a permanência escolar em específico, são agravadas. Para Harvey (2020, apud ANTUNES, 2020), com o qual concordamos, a Covid-19 exibiu todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça, ocultados no discurso de ‘estamos juntos nesta guerra’. Antunes (2020) chama atenção, também, ao tamanho dessa tragédia na periferia do sistema capitalista, a qual o Brasil faz parte, e aponta para o cenário de quantidade de mortos pela pandemia e de trabalhadores sem condições mínimas de sobrevivência. É nesse contexto, pois, que se agudizam os desafios para o acesso e a permanência escolar no Brasil.

Consideramos a relevância dos dados estatísticos, que são importantes para a compreensão da realidade dos estudantes e que nos demonstram a magnitude do

---

<sup>2</sup> No contexto da ascensão do governo Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2019 foram tomadas uma série de medidas pelo Ministério da Educação (MEC) que acentuaram a histórica dualidade de ensino da política educacional brasileira – tais como: o seu desfinanciamento; o reforço de um projeto educacional conservador (a exemplo da iniciativa de programas de escola cívico-militar e do *homeschooling*); a aceleração de ações no sentido de ampliação do ensino à distância em todos níveis escolares; a decisão pela manutenção do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) em tempos de pandemia.

problema social que enfrentamos na realidade brasileira, no que diz respeito à materialização do direito à educação no país. Contudo, entendemos que os dados precisam ser melhor qualificados: eles nos incitam a buscar desvendar os modos de vida dos sujeitos estudantes-trabalhadores, suas trajetórias de vida em busca do acesso e da permanência escolar. Como já afirmou Arroyo (2011) “os registros de dados da escola sobre os alunos pode ser uma fonte para reconstruir suas trajetórias, mas é pobre, demasiado formal, não expressa a riqueza de matizes de percursos tão contraditórios” (p.94).

Nesse sentido, no movimento reflexivo-aproximativo à realidade social dos sujeitos a quem a ação profissional se direciona, vislumbramos algumas premissas: as trajetórias de vida de estudantes da classe-que-vive-do-trabalho são marcadas por situações em que a necessidade pela sobrevivência se sobrepõem à necessidade humana pela educação; a permanência escolar não consegue ser enfrentada somente com programas financeiros de auxílio permanência, pois não se resume às condições socioeconômicas dos estudantes, mas também às condições subjetivas e à própria estruturação dos sistemas de ensino, hegemonicamente eurocêntrica e colonialista; e muitas das trajetórias dos sujeitos estudantes são “quebradas” em seu curso, como tem lembrado Tiaraju D’Andrea (2020), ao referir-se aos estudantes das periferias das cidades brasileiras, e que podemos remeter à realidade vivenciada por estudantes da educação profissional e tecnológica.

Trajetoórias quebradas, pois, permeadas de improvisos, dificuldades e obstáculos: o estudo conciliado com o trabalho, o ônibus lotado, a falta de dinheiro, a casa barulhenta, a dificuldade de acesso à internet, o cansaço físico. Trajetórias quebradas, porque muitas quebram no meio do caminho; enlouquecem com a frieza da universidade, com a percepção de estarem anos-luz atrasados, com a falta dos pares da mesma cor de pele, da mesma classe social e da mesma quebrada em uma sala de aula; enlouquecem ao perceber que a estrutura do ensino superior não foi feita para os pobres. (p.33).

É nesse espaço contraditório, o qual Gramsci nos auxilia a entender, que o/a assistente social é demandado a atuar profissionalmente. Na realidade da rede federal de educação, cabe-nos destacar que o/a assistente social tem sido requisitado/a para atuar nos Institutos Federais à medida em que estão sendo incorporados novos segmentos da classe trabalhadora na política educacional, no contexto do processo de ampliação do acesso à educação especialmente a partir da década de 2010, por meio da

ampliação da rede de ensino federal e da reserva de vagas através da conhecida “Lei de Cotas”, promulgada em 2012.

A incorporação do/a assistente social nesse espaço sócio ocupacional é mediada institucionalmente por programas de acesso e de permanência escolar, determinando ao exercício profissional um enfoque nas atividades de operacionalização e de gestão desses programas. Reconhecendo a importância de tais programas, bem como o protagonismo do Serviço Social na sua elaboração, importa-nos fazer a reflexão crítica a respeito das ações profissionais ficarem centradas na execução do programa institucional referente à permanência escolar, que tem na análise socioeconômica a sua principal forma de acesso e que tem no atendimento com auxílios financeiros a sua principal oferta, em consonância com a tendência das políticas sociais na hegemonia neoliberal, caracterizadas por sua seletividade e focalização.

Por outro lado, é muitas vezes na ocasião da análise socioeconômica, que tem como um dos seus instrumentos a realização de entrevistas sociais, que temos o primeiro contato com fragmentos da trajetória de vida das/dos estudantes da instituição, ainda que de forma incipiente, de maneira que as condições e contradições no acesso escolar ainda estão ocultas. No decorrer da permanência estudantil vamos nos aproximando mais dessas trajetórias num contato privilegiado que se dá por meio da relação profissional com as/os estudantes. Iamamoto (2008) discorre sobre uma característica privilegiada do Serviço Social, que diz respeito à aproximação à vida cotidiana das classes subalternas e aponta, dentre suas preocupações,

[...] o lugar secundário a que foi, por longo tempo, relegado, na literatura especializada, o conhecimento dos sujeitos, que são alvo do exercício profissional, como o revela a carência de publicações sobre o modo de vida, de trabalho e respectivas expressões culturais dos segmentos de classes que constituem a população usuária dos serviços profissionais. (p. 241).

Nesse sentido, evidenciamos a importância da obra clássica da Professora Maria Carmelita Yazbek, “Classes subalternas e assistência social” (1993). *Classes e grupos subalternos* é uma categoria presente no pensamento gramsciano e Yazbek (1993) foi uma das precursoras na utilização dessa categoria no Serviço Social. A autora defende a

[...] atualidade da chave conceitual encontrada na categoria subalternidade para abordar a condição de classe dos usuários da assistência social.

Conceito forte, que nos remete à trama de poder e submissão que permeia as relações sociais na sociedade do capital (YAZBEK, p. 12, 2016).

Quando se trata do espaço sócio ocupacional da educação temos o privilégio de uma importante aproximação aos sujeitos, haja vista que a política educacional tem presença cotidiana em suas vidas. A experiência educacional (ou a ausência dela) atravessa a vida humana na nossa sociabilidade. Desse modo, no contexto de ampliação do acesso de novos sujeitos na política educacional, é relevante considerar a categoria classes e grupos subalternos, em inter-relação com a categoria hegemonia e outras categorias analíticas apreendidas no percurso de conhecimento sobre a realidade retratada neste ensaio.

### **2.1 Em busca da compreensão das trajetórias de vida e escolares: aproximações às categorias classes e grupos subalternos e hegemonia**

Como já refletido anteriormente, ao considerarmos a totalidade em processo, as categorias devem ser apreendidas nas suas inter-relações, não de forma isolada. Na produção de Gramsci, cujos Cadernos do Cárcere (1926-1937) são sua principal obra, é possível identificar esse movimento, de inter-relação entre as categorias analíticas para a explicação da realidade.

Faz-se interessante observar que Gramsci não se preocupou em teorizar sobre as categorias, sendo que elas surgem na sua obra a partir do movimento de compreensão da História. De acordo com Green (2007 apud TOLEDO 2016), Gramsci se referiu aos subalternos como conceito na sua análise compreensiva da história, da política e da cultura italiana, e pela relação entre Estado e sociedade civil na Itália. Nesse sentido, a categoria de classes e grupos subalternos parte da população politicamente desagregada e culturalmente marginal – e está evidenciada na obra de Gramsci sobretudo na Caderno 25 (1934) intitulado “À margem da história - História dos grupos sociais subalternos” (TOLEDO, 2016).

Para Yazbek (2016), a categoria ‘subalterno’ contribui para o entendimento de um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação, ou ainda

A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política. Nesse sentido, não podemos abordar indivíduos e grupos subalternos isolando-os do conjunto da sociedade (p.30-31).

Nessa apreensão do pensamento gramsciano, é possível identificar a inter-relação entre ‘subalterno’ e ‘dominação’, ou, em outro termo, ‘hegemonia’. Toledo (2016) evidencia a centralidade da categoria hegemonia na obra de Gramsci – é a partir dela que é tecido um conjunto de reflexões, dentre as quais a noção de subalterno, permitindo a análise dos aspectos subjetivos da subordinação no mundo capitalista em um contexto de hegemonia.

Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que lhe são inculcados como seus. Experenciam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda sociedade [...] Em contraposição, práticas de enfrentamento e de busca de superação da subalternidade são observadas, nos movimentos sociais, nos partidos políticos, nas lutas sociais e políticas da maioria da população brasileira e em práticas cotidianas de contestação e resistência à dominação [...] (YAZBEK, 2016, p.31-32).

Desse modo, a incorporação da categoria ‘classes e grupos subalternos’ é relevante por se tratar de uma concepção ampla, que compreende uma imensa parcela da população, diversa, que vive imersa na esfera da necessidade, que transforma a vida cotidiana, sobretudo, na luta pela sobrevivência. Essa diversidade dá concretude histórica à classe social (YAZBEK, 2016). Ainda nesse sentido,

A noção de subalterno ‘proporciona à teoria marxista uma ferramenta conceitual, ‘o subalterno’ como expressão da experiência e condição subjetiva de subordinado, determinada por uma relação de dominação - em termos gramscianos, de hegemonia - e um esboço de uma teoria da subalternidade (MONDONESI, 2010, p. 29 apud Toledo, 2016, p. 237).

Segundo Toledo (2016), uma das teses centrais de Gramsci é a marginalização dos grupos subalternos pela cultura dominantes.

A desqualificação das rebeliões e revoltas dos grupos subalternos pelos grupos dominantes através de seus intelectuais é uma forma de esconder o mal-estar social, econômico e político - tendência de colocar os subalternos na ‘periferia da cultura e da política, classificando-os como bizarros, desequilibrados, atípicos, mera curiosidade’ [...] (BUTTIGIED, 2009 apud TOLEDO, 2016, p. 221).

Ademais, os subalternos podem também ser representados como humildes, passivos, ou ignorantes, mas a sua experiência concreta de vida pode demonstrar o contrário (TOLEDO, 2016). Miguel Arroyo (2011) já nos alertara que nos espaços escolares há uma carência de tradição de escuta dos estudantes e que é necessário reconhecê-los enquanto trabalhadores

[...] Por que tanta dificuldade de ver os educandos e os próprios educadores como trabalhadores? [...] É menos exigente para um projeto radical de sua educação vê-los como carentes a suprir suas carências de habilidades escolares do que reconhecê-los trabalhadores e articular um projeto de educação com a radicalidade de suas experiências de trabalho. Quando o ponto de partida é reconhecê-los como trabalhadores, a proposta de garantir seu direito à educação é obrigada a ter como referência os trabalhos de que sobrevivem, se trabalham em trabalhos precarizados, se têm dificuldade de articular tempos de trabalho-sobrevivência e tempos de escola. Se são os injustiçados da ordem social, econômica e até escolar como trabalhadores. Questões que passam a ser obrigatórias nos currículos de formação dos seus educadores (ARROYO, 2017, p. 45).

No cotidiano do exercício profissional ganha destaque nos atendimentos do Serviço Social o contato com trajetórias de estudantes, suas lutas e resistências para garantirem o acesso e a permanência escolar. Não se trata de um acaso, de experiências individuais ‘isoladas’.

A instituição escolar que se abstém de (re)conhecer essas histórias é parte responsável pelas recorrentes ‘quebras’ nas trajetórias escolares das classes subalternas. Concordamos com Arroyo (2011) de que é um avanço entender o que ele denomina de trajetórias sociais dos estudantes e entender suas lutas pela sobrevivência, sob pena de vulgarização da vida humana e, por conseguinte, a vulgarização dos direitos humanos, inclusive o direito à educação.

Nesse sentido, Gramsci, ao realizar uma historiografia integral das classes e grupos subalternos, nos oferece pistas importantes para compreendermos as trajetórias de vida estudantis, a partir da análise que ele realiza dos eventos históricos específicos a fim de conceituar e compreender de que modo os processos se ligam às experiências de vida dos indivíduos; além da compreensão de que modo as condições e relações do passado influenciam o desenvolvimento presente e futuro da experiência vivida pelos subalternos (TOLEDO, 2016).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Serviço Social na Educação tem como eixos de atuação o acesso, a permanência, a qualidade e a gestão democrática escolares (CFESS, 2013). Considerando essas questões de forma indissociáveis e em relação, importa salientar a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. Desse modo, os referidos eixos devem ser pensados a partir dessa concepção. Ademais, tem-se também, para a profissão, o reconhecimento da educação como um direito social a ser universalizado – no contexto de um país em que a educação ainda é privilégio para poucos, apesar da previsão legal enquanto um direito. É no cotidiano da política educacional, no ‘chão’ do trabalho profissional, em contato com o público alvo da ação profissional nesse campo – os/as estudantes, que essas questões ganham materialidade e, por conseguinte, nos desafiam à atuação profissional condizente com o Projeto Ético-Político da profissão.

Evidenciamos a relação privilegiada do/a assistente social com os ‘usuários’ das políticas públicas, a partir do exercício profissional em contato direto com a realidade social. Dessa maneira, consideramos que essa vivência junto aos sujeitos, nos espaços institucionais, não deve ser algo desprezível no processo de sucessivas aproximações à realidade com vistas à produção de conhecimento. A educação é um espaço privilegiado para essa relação, onde é possível aproximar-se das trajetórias de vida dos estudantes, por meio da escuta às suas narrativas.

Nesse sentido, e por todas as considerações feitas neste trabalho – ainda que de formas preliminares, entendemos que o pensamento de Gramsci constitui um aporte fundamental para a análise da relação entre as trajetórias de vida e a busca pelo acesso e permanência escolar.

(Re) conhecer as trajetórias de vida nas trajetórias escolares constitui um “mergulho na realidade”, a partir da vida cotidiana, enredada por determinações estruturais. Nesse movimento, podem ser apreendidas as questões e temas comuns e mais significativos referentes às trajetórias de vida dos/das estudantes em suas buscas por acesso e permanência escolar. Nesse processo construtivo, intencionamos contribuir para mudanças no cotidiano da política educacional, com vistas à garantia do acesso e da permanência escolar, e por uma construção coletiva de novos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARREGUI, C.C. Pesquisa como princípio e condição para a construção de conhecimento e para o trabalho profissional. *In: ARREGUI, C.C ; KOGA, D. (orgs). **Construção de conhecimentos em serviço social: entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias**. São Paulo: EDUC, 2021.*

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2011.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2013.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Revista Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, v. 39, n. 1, p. 19-36. jan.–abr. 2020.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. **Seminário Educação e Democracia – Em defesa da escola pública**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NERdEP7kyBw>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GUIRALDELLI, R. Perspectiva ontológica e histórias de vida: uma tessitura investigativa. *In: GUIRALDELLI, R. **In: Desigualdade de gênero no mundo do trabalho: as trabalhadoras da confecção**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.*

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOGA, D.; RAMOS, F. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 335-364, jun. 2011.

MARTINS, E. B. C. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético-político. *In: SILVA, M.M. J. (Org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 41-62.*

SARAIVA, A. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. *In: Agência IBGE Notícias*, 2019. Síntese de Indicadores Sociais 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em: 20 mar. 2021.

TOLEDO, A. F. Alguns apontamentos sobre a categoria classes e grupos subalternos de Antonio Gramsci. In: YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2016. (Posfácio).

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2016.